

Socialistas integram lista dos mais influentes parlamentares do Congresso



Júlio Delgado e Tadeu Alencar estão entre os "Cabeças" do Congresso. A líder Tereza Cristina e o deputado Bebeto figuram na lista dos políticos em ascensão

Rhafael Padilha

A publicação "Os Cabeças do Congresso", em sua 24ª edição, mostra que os parlamentares socialistas seguem entre os mais influentes do País. Na lista divulgada esta semana pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), aparecem os deputados federais Júlio Delgado (MG) e Tadeu Alencar (PE). A líder do PSB, deputada Tereza Cristina (MS), e o deputado Bebeto Galvão (BA) integram a lista de "Parlamentares em Ascensão" neste ano. Além deles, os senadores Antônio Carlos Valadares (SE) e João Capiberibe (AP) também são destaques.

Os "Cabeças" do Congresso Nacional são, na definição do DIAP,

aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou algumas qualidades e habilidades. Entre esses atributos está a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações. Parlamentares em "ascensão" são aqueles que se destacam no desempenho de missões partidárias, políticas ou institucionais. O PSB tem sido independente nas votações de interesse do Poder Executivo.

Tadeu Alencar segue na lista como "formulador" e acredita que se trata de reconhecimento que deve ser comemorado. "Essa avaliação criteriosa de um órgão independente e ligado a entidades sindicais de todo o País valoriza o nosso trabalho, mas ao mesmo tempo

aumenta a responsabilidade que temos no cumprimento de nossas obrigações e compromissos. Com este levantamento, o DIAP reafirma sobretudo que o mandato não nos pertence, é um bem público", diz.

Seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade dinâmica e, principalmente, facilidade para conceber ideias, deputados e senadores do PSB vem se mostrando capazes de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo, seja de forma isolada ou em conjunto com outras forças. A pesquisa inclui apenas os parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato no período de avaliação, correspondente ao período de fevereiro a julho de 2017.

Política

Luiz Lauro é o coordenador do grupo que apoiará a Frente Nacional dos Prefeitos

2

Homenagem

Aprovado PL de socialistas que inscreve Miguel Arraes no livro dos Heróis da Pátria

3

Telecomunicações

PL que inclui internet entre os serviços essenciais é aprovado na Câmara

4

Política

Deputado assume coordenação de apoio a Frente Nacional dos Prefeitos



Luiz Lauro Filho trabalhará na aprovação de projetos importantes e com impacto nas prefeituras

O deputado federal Luiz Lauro Filho (PSB-SP) assumiu, na quarta-feira (30), a coordenação da bancada federal da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) na Câmara dos Deputados. O grupo terá o objetivo de discutir pautas municipalistas que tramitam no Congresso Nacional. A FNP é presidida atualmente pelo prefeito de Campinas, Jonas Donizette.

Até o momento, o grupo conta com mais de 70 deputados federais de diversos estados e partidos. A principal atribuição do coordenador da Bancada FNP será promover a interlocução e a articulação política da Frente Nacional dos Prefeitos com a Câmara dos Deputados.

De acordo com Luiz Lauro, a luta da bancada será para desativar os Projetos de Lei, que

tramitam na Câmara, que têm impacto direto nas prefeituras e na vida da população desses municípios. “São projetos relacionados à Saúde, Educação, Segurança Pública, Mobilidade e também ao repasse de recursos para os prefeitos honrarem seus compromissos com a população”, disse o coordenador.

Para o deputado, é uma honra ser escolhido pela diretoria-executiva da FNP, com a concordância dos parlamentares. “Fico muito grato pela confiança e espero colaborar ainda mais com o desenvolvimento das cidades do nosso País”, completou. Na primeira reunião da Bancada FNP, em Brasília, foi apresentada a pauta prioritária dos municípios aos deputados.

■ Assessoria do Dep. Luiz Lauro Filho

Curtas



Começou no dia 1º de setembro a votação do Prêmio Congresso em Foco, que premiará os melhores parlamentares do Brasil. Na 10ª edição do concurso, a bancada socialista na Câmara tem 28 parlamentares na disputa nas mais diversas categorias. De acordo com o regulamento, cada parlamentar só pode ser premiado em uma categoria especial, aquela na qual obteve maior votação, devendo os seus votos nas demais categorias ser descartados. A votação ficará a cargo do público, mediante votação na internet e, seguirá até o dia 30 deste mês. De acordo com os resultados da votação pela Internet, serão premiados 20 deputados e dez senadores nas categorias gerais, e cinco parlamentares em cada uma das categorias especiais.



A deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) apresentou relatório favorável ao projeto de Lei nº 7.252/2017, que permitirá ligar o trecho sul da rodovia BR 156, no município de Laranjal do Jari, à rodovia PA 254, na localidade de Monte Dourado, município de Alenquer, no Pará. O relatório da deputada foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. “O objetivo é incentivar o desenvolvimento naquela região de grande potencial de economia nos setores primário e secundário e ampliar a qualidade de vida local”, justificou a socialista. O projeto ainda será analisado pelas Comissões de Viação e Transporte e Constituição, Justiça e de Cidadania.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Homenagem

PL que inscreve Miguel Arraes no Livro dos Heróis da Pátria é aprovado

Foto: IMA/Instituto Miguel Arraes

Rhafael Padilha

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, na quinta-feira (31), o Projeto de Lei nº 6.101/16, que inscreve o nome de Miguel Arraes de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria. A matéria foi apresentada em agosto do ano passado pelo deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), e toda a bancada socialista. O livro se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Em dezembro, houve diversas comemorações pelo centenário de nascimento de Arraes.

Para Tadeu, Miguel Arraes é um dos políticos e personalidades que mais deixam saudade. “Pelo exemplo de vida, pela sua luta por justiça social e pelo seu ideário nacionalista e popular, representa,

sobretudo, o combate às desigualdades que injustamente punem os brasileiros. Sua vida inteira foi um tributo ao povo”, afirmou.

A sua coragem, a resistência democrática à ditadura e o enfrentamento às forças conservadoras que secularmente querem manter os seus privilégios e os das elites dominantes o transformaram no principal líder popular da história recente do Brasil. “Merece, portanto, com justa razão, afinado com os valores libertários que é o maior patrimônio do Estado de Pernambuco e da pátria brasileira, figurar nessa relevante galeria dos heróis nacionais”, completou.

No livro já pontificam personalidades como a primeira presa política do País, Bárbara de Alencar, ancestral de Miguel Arraes; bem



como heróis das revoluções que incendiaram o fervor republicano, como Frei Caneca e Domingos José Martins, na Revolução Pernambucana de 1817. Além de heróis da Restauração Pernambucana em 1654, estão o escritor, jornalista, diplomata e deputado abolicionista, Joaquim Nabuco e o contemporâneo de Arraes, de luta pela redemocratização e de exílio, Leonel de Moura Brizola.

Consumidor

Ninho debate prazos para restabelecimento de bancos danificados

Google Imagens

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou, na quinta-feira (31), debate sobre o restabelecimento dos serviços bancários, no caso de destruição de agências por vândalos. O Projeto de Lei nº 5280/16 fixa prazo de 72 horas para realização dessa medida, mas a Secretaria Nacional do Consumidor, Ministério Público e representantes de bancos criticaram o projeto. A reunião foi requerida pelo relator do PL, deputado Severino Ninho (PSB-PE), que explicou o porquê é contra a medida.

O socialista apresentou substitutivo que muda o prazo para restabelecimento dos serviços para cinco dias úteis para eventos mais simples, de natureza meramente estética ou externa, como quebra de vidraças; e 30 dias úteis para danos estruturais às agências. “O prazo estabelecido pelo autor é impossível”, afirmou Ninho. “Não adianta termos uma

lei que seja letra morta, embora o problema seja de extrema gravidade”, completou.

O representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Gabriel Reis, disse que a secretaria não se opõe ao projeto, mas ressaltou a necessidade de compatibilizar os interesses do consumidor com regras viáveis para o mercado. “Os prazos devem ser os mais curtos possíveis, mas viáveis”, destacou. Ele considera que o substitutivo traz prazos “mais razoáveis” do que os inicialmente previstos no projeto.

Severino Ninho destacou que existe outro projeto de sua autoria, em trâmite nesta Casa, que visa dificultar a receptação de material explosivo pelos bandidos. “Isso foi tema de reportagem de TV, que mostrou a dificuldade de alguns idosos terem que se deslocar por muitos qui-



lômetros para ir a outra agência, quando a sua foi danificada por vândalos”, disse.

O representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), João Carlos Coelho, considera “impossível estabelecer prazo para reabertura de agências.” De acordo com ele, há casos em que os prédios ficam em situação bastante precária, e os equipamentos bancários não se encontram em prateleiras de lojas.

■ Com Agência Câmara

Telecomunicações

Aprovado PL que inclui Internet banda larga entre serviços essenciais

Andrea Leal

O acesso à internet banda larga, fixa e móvel será incluído na Lei Geral das Telecomunicações (nº 9.472/97) como serviço essencial para a população. É o que prevê o Projeto de Lei nº 5.319/16 da deputada Maria Helena (PSB-RO), aprovado na quarta-feira (30), na Comissão de Defesa do Consumidor.

O serviço, quando considerado essencial para o coletivo, é sujeito a exploração em regime público. Atualmente, a legislação tem como essencial apenas o serviço telefônico fixo. A socialista argumentou que a Câmara deve estar atenta ao avanço das novas tecnologias e entender que fazem parte do desenvolvimento da sociedade. “Hoje a internet é essencial ao exercício da cidadania. A legislação precisa, com urgência, de atualização para que pressupostos de continuidade e de universalização possam ser estendidos”, explicou.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado federal Rodrigo Martins (PSB-PI). Presi-

dente da Comissão de Defesa do Consumidor, o socialista acrescentou à proposta a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST - Lei nº 9.998/00) na massificação do acesso à internet banda larga.

“O PL reflete a tendência mundial de aumento nos acessos de banda larga fixa e móvel”, disse Rodrigo. O deputado acrescentou que massificar o acesso à internet refletirá em desenvolvimento para o País. “Relatório divulgado pelo Banco Mundial em 2009 mostrou que o aumento de 10% nas conexões de banda larga de uma nação corresponde a um crescimento adicional de 1,3% do seu Produto Interno Bruto.”

O substitutivo do deputado confere também ao FUST caráter de despesa obrigatória, a partir de 2020. Dessa forma o fundo não poderá ser contingenciado. “O acesso à internet serve como instrumento de lazer e prestação de serviços. O cidadão pode fazer acompanhamento de processos judiciais e obter certidões de forma ele-



Deputada Maria Helena é autora da proposta trônica, entre outras aplicações”, acrescentou Rodrigo.

Tramitação — O PL, sujeito a apreciação conclusiva pelas comissões, segue agora para as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Educação

Projeto de Ducci veda criação de cursos de Enfermagem a distância



Ducci destaca a importância da educação presencial

Marcelo Bessoni

O deputado federal Luciano Ducci (PSB-PR) apresentou o Projeto de Lei nº 8.445/2017, que veda a criação e oferta de cursos superiores de Enfermagem na modalidade de ensino a distância (EAD).

A iniciativa surgiu devido à preocupação do parlamentar com a recente decisão do Ministério da Educação de flexibilizar os requisitos para a oferta de tal modalidade educacional. Ainda de acordo com a proposta, disciplinas e atividades por EAD poderão compor o currículo de curso desde que

não ultrapassem 20% de sua carga horária total.

Segundo Ducci, vem sendo amplamente noticiada a realização de debates, promovidos por Conselhos Profissionais e de cursos de graduação da área de saúde, para discutir a oferta de cursos por educação a distância, que nessa área só faz crescer.

“Não há possibilidade de que um bom profissional da Enfermagem seja integralmente formado na modalidade da educação a distância, que jamais substituirá ou equivalerá a bons cursos presenciais e à formação prática em serviço.”